

O PAPEL DA LATINIDADE NO SÉCULO XXI*

ROBERTO DE MATTEI

GOSTARIA DE INICIAR COM UM DADO ÓBVIO e indubitável: o predomínio da língua inglesa no cenário internacional, predomínio este que se apresenta também como a interface de um insidioso “soft-power” cultural, segundo o significado que a este termo deu Joseph Nye. A partir deste dado, proponho a seguinte pergunta: é possível – e é útil – contrastar a hegemonia da língua inglesa no mundo? Em caso afirmativo, de que modo e sob quais perspectivas? Consequentemente a estas interrogações, acrescentemos uma outra, que constitui o foco da minha conferência: qual é o papel da latinidade no século XXI?

1. LÍNGUA E CULTURA

Uso o termo latinidade no seu mais amplo sentido, não só linguístico, mas também cultural, pois pressuponho a existência de um nexó identitário entre língua e cultura. A língua não é um mero instrumento de comunicação, mas sim a expressão do património de conhecimentos, de modos de pensar e de dizer que constituem a identidade cultural de um povo. “Fonemas, grafemas, gramática e sintaxe não são

* Conferência proferida no Instituto Camões a 27 de Setembro de 2005.

veículos comunicativos neutros em relação aos conteúdos que transportam. Na diversidade linguística encontramos várias representações da natureza e da sociedade.”

Estudar uma língua não significa só aprender um conjunto de vocábulos ligados a certas regras gramaticais: significa também descobrir uma cultura, aprender a pensar segundo modos e categorias que se exprimem numa determinada linguagem. Aliás, até dentro de uma mesma língua o modo de falar exprime o modo de pensar.

Ernst Cassirer observa que, ao aprendermos uma língua estrangeira, passamos por uma experiência análoga à da criança: “Nela, a impaciência e o entusiasmo de falar não derivam do simples desejo de aprender e usar palavras, mas atestam o impulso de descobrir e conquistar um mundo objectivo. Para se aprender uma língua estrangeira, não basta assimilar um novo vocabulário e familiarizar-se com um sistema de regras gramaticais abstractas. É claro que tudo isto é necessário, mas constitui somente o primeiro passo, o menos importante, pois, se não aprendermos a pensar na nova língua, todos os nossos esforços serão inúteis”.

2. IDENTIDADE E MACRO-SISTEMAS CULTURAIS

A língua não constitui a única expressão de uma cultura, mas, ao traduzi-la em palavras, tem sempre um papel principal na identidade cultural de um povo.

A língua é um dos indícios mais visíveis da identidade de um país, ainda que não possa ser considerada o seu elemento constitutivo. Há, de facto, povos que falam a mesma língua e que estão divididos em várias nações, como acontece, por exemplo, com as Repúblicas da América Latina. Não há dúvida, porém, de que, neste caso, estamos diante de nações pertencentes a uma mesma área cultural: as diversas identidades nacionais fazem parte de uma mais ampla identidade

latino-americana, identidade essa que não é nacional, mas cultural: uma macro-identidade, se assim a queremos definir.

O conceito de identidade pressupõe certamente a existência do outro e, portanto, o facto de que existe uma pluralidade de identidades. Como bem observou Jan Assman, sem multiplicidade não há unidade; sem alteridade não há especificidade. Porém, a relação entre identidades diversas não é necessariamente conflituosa, pois ela também pode ser integrativa. Há identidades exclusivas que se opõem, mas também há identidades inclusivas que se integram segundo um modelo de esferas concêntricas, o qual, a partir de um micro-sistema identitário (o familiar), atinge macro-sistemas identitários. Identidades múltiplas – ou seja, uma pluralidade de experiências, culturas e tradições – podem convergir para a formação de uma maior “macro-identidade” que não anule nem homologue as diversidades, mas que as eleve, criando pontos de sinergia e de confluência.

Dessa forma, existe uma macro-identidade latino-americana, assim como existe uma macro-identidade europeia, para a qual convergem as tradições e as culturas dos Estados nacionais de ambas as Europas hoje reunificadas – a Ocidental e a Oriental. Existe, porém, uma mais ampla macro-identidade ocidental que abrange as três Américas e todos os outros territórios pelos quais a civilização europeia se estendeu no decurso dos séculos. Essa macro-identidade não é linguística, mas cultural. O património da cultura ocidental inclui valores em comum, como o princípio grego da não-contradição, a ideia romana do direito, o conceito cristão de pessoa, valores estes não divididos por outras macro-áreas culturais – como a islâmica ou a asiática – e que, com estas, traçam linhas de demarcação radical e de alteridade.

Todavia, dentro do macro-sistema “Ocidente” convivem diversos sub-sistemas: há uma área linguístico-cultural anglo-saxã bem caracterizada, mas existem espaços identitários

igualmente fortes em que se concentram as características de outras culturas específicas. Pensemos em conceitos como “hispanidad” e “Deutschum”, mas consideremos também a identidade linguística e cultural da latinidade. E é a latinidade a constituir justamente o pólo (ou o modelo) sobre o qual queremos discutir.

3. O “MODELO ROMANO”

O autor francês Rémi Brague vê no “modelo romano” o futuro do Ocidente. A latinidade é, antes de tudo, uma área linguística que se refere a um núcleo originário em comum. Esse núcleo originário está situado no território do Lácio e tem o seu centro em Roma. As áreas linguísticas que, na antiguidade, eram províncias romanas e que se latinizaram, conservam substancialmente, até hoje, o seu latim numa forma definida como neolatina. Essas áreas constituem a *România continua*, de língua românica, estão situadas na Europa Ocidental, Meridional e Sul-oriental e, na maioria dos casos, são desprovidas de descontinuidade territorial.

Na base das línguas românicas está o latim. Como nos recorda o linguista Reiner Schlösser, foi de facto o latim falado a ser transmitido de geração em geração e a transformar-se, imperceptivelmente, nas línguas que, ao cabo de um processo, seriam chamadas “românicas”. A língua falada em Roma no ano 100 antes de Cristo foi transmitida por setenta gerações até chegar ao ano 2000 da nossa era, ainda que chamemos de latim as línguas da primeira geração e de italiano, ou português, aquelas da septuagésima.

A situação é idêntica nos outros Países românicos: Schlösser observa que o castelhano não é outra coisa senão o latim falado, digamos, em Burgos no século XXI. O chamado português continental, ou seja, aquele falado em Portugal, pode ser considerado uma versão modernizada do latim colo-

quial dos antigos Romanos que ocuparam a Península Ibérica por mais de quinhentos anos, muito embora ele tenha sido sucessivamente influenciado pelas incursões visigóticas e muçulmanas – sem falarmos das influências marcantes do francês e do castelhano.

A história das línguas românicas é constituída por dois períodos fundamentais: uma fase de romanização, quando as forças de unificação predominam sobre as de dispersão, e uma fase de fragmentação, na qual se observa o predomínio da diversificação sobre a concentração. Esses dois movimentos representam forças distintas que actuam no processo de variação e mudança linguística: uma força centrípeta, de unificação (normalmente exercida pelas instituições e mecanismos sociais de poder) e uma força centrífuga, de diversificação (impulsionada pelas mudanças culturais, o uso quotidiano e a interacção com outras culturas). A romanização foi uma consequência da força política de Roma no processo de expansão do seu Império, e a fragmentação verificou-se em decorrência das invasões da România por parte dos bárbaros, do desmembramento das províncias e da perda progressiva do poder romano sobre as regiões conquistadas.

As línguas locais (ou “línguas vulgares”) desenvolveram-se em estreita convivência com o latim, convivência essa caracterizada por uma nítida delimitação na esfera de uso: a língua vulgar usava-se em família e nas actividades quotidianas, dado que a grande maioria da população não conhecia o latim. Este último era a língua da Igreja, da administração, da justiça, da educação e das ciências. Reinava, então, uma *diglossia*, ou seja, uma situação de bilinguismo em que ao latim cabia o papel dominante de *high variety* ou “variedade alta” – como se diria na linguística moderna – e, à língua vulgar, o papel de *low variety*, ou “variedade baixa”.

Os *Juramentos de Estrasburgo* do ano 842 são considerados o primeiro texto mais românico que latino, do ponto de vista linguístico. É o primeiro de uma conspícua série de

documentos que testemunham a ascensão das línguas vulgares na história linguística europeia.

Na formação da civilização europeia, o latim representou um veículo do saber: era a língua da liturgia, da teologia, do pensamento filosófico e científico, do direito, graças à qual estudantes e professores podiam passar, sem problemas, de uma universidade a outra, de um sítio a outro da Europa.

4. AS LÍNGUAS EUROPEIAS ACTUAIS

Presentemente, as línguas neolatinas (ou românicas) são idiomas oficiais em sessenta Países do mundo: trinta para o francês, vinte para o castelhano, sete para o português, dois para o italiano e um para o romeno.

No total, 621 milhões de pessoas em quatro continentes – dos quais 186 milhões na Europa – falam línguas românicas, as quais estão distribuídas de modo desigual: desde o castelhano, com 370 milhões de falantes e que constitui uma das línguas mais faladas no mundo, até ao ladino dolomítico, que faz parte das línguas europeias menores, com os seus 25000 falantes.

Hoje em dia, o inglês é um idioma falado oficialmente, como língua materna, por cerca de 400 milhões de pessoas em quarenta e cinco Países, muito embora seja utilizado correntemente por mais de um bilhão de pessoas no mundo.

Dentro da União Europeia, a língua mais falada é o alemão (22%), à frente do inglês e do francês (18%), do italiano (17%), do castelhano (11%), do holandês (6%), do grego e do português (3%), do sueco e do dinamarquês (2%). Só dezoito por cento dos europeus falam o inglês como primeira língua, ainda que, obviamente, seja muito maior o número daqueles que o conhecem.

De entre os possíveis cenários para o futuro, o pior é certamente aquele em que se veria o emergir de uma Europa

unilingue, onde o inglês assumisse um papel dominante e cada língua nacional perdesse, aos poucos, a sua posição tradicional. O certo é que não é possível contrastar o “soft-power” anglocêntrico com uma única identidade linguística e cultural ao nível nacional, quer seja ela italiana, espanhola ou francesa. Como se costuma dizer, é preciso criar “massa crítica”. Por que não trabalhar pela promoção de um pólo de latinidade que abranja a família linguística românica e a identidade cultural descendente das raízes romanas e latinas? Esse “pólo” linguístico-cultural poderia ser um modelo geral de inter-relações que, colocado lado a lado com a rede de cultura anglo-saxã, contrastasse a hegemonia desta última, dentro de uma mais vasta identidade ocidental.

Em termos demográficos, algumas projecções relativas ao ano 2025 indicam um bilhão quinhentos e sessenta e um milhões de chineses, um bilhão e quarenta e oito milhões de habitantes de países anglófonos, quatrocentos e oitenta e quatro milhões de hispanófonos, duzentos e oitenta e cinco milhões de lusófonos e quinhentos e seis milhões de francófonos. Dentro de uns vinte anos, os falantes de línguas românicas susceptíveis de se compreenderem entre si serão mais de um bilhão e trezentos milhões. Estamos, portanto, em presença de três blocos de importância comparável (o inglês, o chinês e as línguas românicas) dotados da mesma vocação para encarnar, ao nível mundial, uma hipercentralidade linguística. E não nos esqueçamos do árabe, cujos falantes, segundo as previsões para o ano 2025, serão 448 milhões. Por esta razão, Bernard Cassen, a quem devemos estes dados, observa: aqueles que desejam reservar esse papel exclusivamente à língua inglesa não dão prova de uma grande capacidade de antecipação das coisas.

O inglês está a difundir-se rapidamente no Leste europeu, mas vem recuando nos Estados Unidos. No seu último livro, Samuel P. Huntington descreve uma tendência à hispanização da sociedade americana, devido à grande imigração iniciada depois de 1965. Segundo Huntington, a América

está a passar por um processo de bilinguismo que, na realidade, se trata de um biculturalismo, o qual poderia constituir uma fractura ainda mais importante, do que aquela racial entre brancos e negros, na sociedade americana. No ano 2000, quarenta e sete milhões de pessoas (dezoito por cento dos americanos com mais de cinco anos de idade) usavam em família uma língua diferente do inglês, 28 milhões dos quais falavam castelhano¹.

Miami, a cidade mais hispânica dos cinquenta Estados americanos, não é um caso isolado; considerada por muitos como “a capital da América Latina”, “Antecipará Miami o futuro de Los Angeles e de todo o Sudoeste?”, pergunta-se Huntington. “No fim, o resultado poderia ser análogo: o desenvolvimento de uma vasta e distinta comunidade de língua espanhola, dotada de recursos económicos e políticos suficientes para sustentar a própria identidade hispânica, separada da unidade e da identidade nacional dos outros americanos e apta a influenciar significativamente a política, o governo e a sociedade dos Estados Unidos”.

Segundo Huntington, os Estados Unidos poder-se-iam transformar numa sociedade bilingue e bicultural como o Canadá, a Suíça e a Bélgica.

5. QUALIDADE E QUANTIDADE DAS LÍNGUAS

Não entremos a fundo no complexo caso americano. Acrescentemos, porém, que o problema linguístico não pode ser enfrentado só do ponto de vista quantitativo ou estatístico, em função do número de falantes. Junto com o peso quantitativo e demográfico, existe o peso qualitativo de uma língua, ou seja, a sua capacidade de difundir-se e de “mediar” com as outras línguas.

¹ S. P. Huntington, *A nova América*, p. 379.

O chinês, por exemplo, com os seus mais de 900 milhões de interlocutores, é uma das línguas mais faladas no mundo, mas a sua capacidade de propagação e mediação é bem escassa, e isto também se deve à complexidade do seu sistema ideográfico. O francês, ao contrário, com cerca de 100 milhões de falantes, ocupa a segunda posição depois do inglês não em termos de volume demográfico, mas de difusão universal e de presença junto às instituições internacionais. No curso da história, a língua portuguesa (como a espanhola) teve – e continua a ter até hoje – uma grande força de mediação, sendo um dos poucos idiomas presentes simultaneamente em África, América, Ásia e Europa.

O português é uma das cinco línguas mais faladas no mundo; mais de 200 milhões de pessoas utilizam-na como língua materna em oito países de quatro continentes, sendo a terceira entre as línguas ocidentais, depois do inglês e do castelhano. É a língua nacional de Portugal (dez milhões e quinhentos mil habitantes, incluindo-se os Açores e a Madeira) e do Brasil (cento e oitenta e cinco milhões), para além de ser o idioma oficial de vários Países africanos: Angola (dez milhões e novecentos mil), Cabo Verde (quatrocentos e quinze mil), Guiné-Bissau (um milhão e quatrocentos mil), Moçambique (dezoito milhões e oitocentos mil) e São Tomé e Príncipe (cento e oitenta e dois mil), onde convive com múltiplas línguas nacionais; sobrevive também na Ásia (Goa e Macau) e na Oceânia (Timor Leste, oitocentas mil pessoas) como língua de grupos minoritários. E mais, meio milhão de pessoas fala português nos Estados Unidos.

Isto significa que as línguas românicas não só possuem uma forte presença demográfica, mas também gozam de uma difusão nos cinco continentes não inferior à da língua inglesa: basta pensar no caso do francês, do castelhano e do português. Se os Estados pertencentes à área das línguas românicas decidissem promover juntos, nos seus respectivos sistemas escolares, a adopção de métodos de aprendizagem vol-

tados para a compreensão mútua, as várias línguas de origem latina poderiam adquirir um *status* mundial de co-hipercentralidade, paralelamente ao inglês.

Devemos dissipar todas as dúvidas a este propósito: não se trata de diluir a especificidade portuguesa, francesa ou italiana dentro da latinidade, com a renúncia ao próprio idioma a favor de outras línguas românicas; ao contrário, trata-se de promover mais intensamente a própria língua, mas de fazê-lo em colaboração com as outras línguas neolatinas, com o compromisso recíproco de privilegiá-las como segunda língua em vez do inglês, ou então de se favorecerem formas de conhecimento passivo que permitam a italianos e portugueses, por exemplo, de não terem de comunicar forçosamente em inglês.

O caminho a seguir é o de se desenvolver o pluralismo linguístico, e não o de se favorecer a hegemonia de uma língua nacional. Isto significa que, no campo linguístico, não podemos limitar-nos a adoptar uma pura estratégia defensiva. É preciso encorajar a aprendizagem das outras línguas neolatinas não numa relação de conflito, mas sim de competição, dentro da mesma macro-área cultural.

6. LÍNGUAS MORTAS E LÍNGUAS VIVAS

Aquilo que as línguas românicas têm em comum, ou seja, as raízes latinas, deve ser vivificado através do ensino do latim, o qual não deve ser considerado uma língua morta e enterrada.

Uma língua não mais falada não está necessariamente morta e pode até mesmo recobrar ânimo, como aconteceu, de maneira surpreendente no século XX, com o hebraico, que não era mais falado há oito séculos. Mortas são as línguas que, para além de não mais serem faladas por ninguém, não deixaram vestígios na cultura de um povo. Não é língua

morta o latim, assim como não é língua morta o árabe clássico utilizado comumente, ainda hoje, em toda a literatura escrita em árabe e em cada circunstância formal, apesar de não ser a língua materna de ninguém: na vida quotidiana, os habitantes dos Países árabes falam e transmitem aos próprios filhos somente o dialecto da região em que vivem. Se, como afirma Claude Hagège, é necessário defender línguas como o maori, o havaiano, o mohawk e outras mais, por que não estender essa protecção também ao latim?

Hoje em dia, apesar de o latim já não ser falado, ele continua a viver na nossa cultura através de uma presença lexical em todos os sectores da reflexão teórica: da filosofia à medicina, da jurisprudência à física e à matemática.

A cultura do século vinte e um não pode prescindir do latim que, durante séculos, esteve ao lado das línguas nacionais e ainda hoje se encontra presente – não como língua morta, mas viva – na liturgia da Igreja, embora o seu espaço se tenha reduzido bastante depois do Concílio Vaticano II.

O certo é que se a língua não é um instrumento “neutro” do pensamento, embora contribua para a sua formação e orientação, as chamadas línguas “mortas”, como o grego antigo e o latim, têm o mesmo direito de cidadania das línguas vivas e faladas, pois são instrumentos indispensáveis para se compreenderem as raízes da nossa cultura. Desculpem-me se insisto neste ponto: uma língua morta não é uma língua que se deixou de falar, uma língua morta é aquela completamente desaparecida da cultura e da memória de um povo.

7. A GRAMÁTICA DOS VALORES

Na Europa, o latim foi uma verdadeira segunda língua, sendo dominado por todos os *clérigos* da Cristandade Ocidental. A sua força estava no facto de ser um sistema reproduzido

em modo idêntico (pelo menos virtualmente) de geração em geração, a fim de transmitir uma mensagem imutável: em resumo, a força do latim estava na sua gramática. A “gramática” latina não se referia à língua-mãe (a língua falada), mas sim à língua escrita dos *dérigos*, das pessoas cultas. O latim é uma “língua do saber” que pressupõe justamente uma “sabedoria”, um conjunto de princípios religiosos, éticos e jurídicos que orientam a vida tanto individual como da inteira sociedade. É uma língua que traduz em vocábulos e regras gramaticais toda uma cultura.

As estruturas linguísticas permanentes referem-se, por sua vez, a elaborações mentais que não se alteram; as palavras são signo e símbolo do pensamento, mas antes do acto de pensar – ou seja, o processo mental de se descobrir a realidade – existe a própria realidade, existem valores universais que precedem o pensamento e a linguagem. As línguas são múltiplas, mas um é o pensamento humano e uma e objectiva é a realidade material e imaterial conhecida pelo pensamento. Em cada língua há palavras que exprimem um conceito em comum com as outras línguas, indicando, assim, uma mesma derivação universal.

A característica da latinidade é justamente a sua capacidade de oferecer instrumentos linguísticos e conceptuais particularmente idóneos para se captar a natureza universal das coisas. Presentemente, as raízes latinas podem oferecer uma ajuda importante para se recuperarem aqueles valores humanos e civis que se encontram radicados no património cultural europeu desde que o *ius humanum* de Séneca assumiu o nome de *ius gentium* no *Digesto* de Justiniano. Os princípios do direito romano herdados pelo direito comum medieval não são “romanos” ou “latinos”, mas universais e, certamente, ocidentais e europeus. O Cristianismo, ao qual se deve a absorção de tais valores e a elaboração de muitos outros, a começar por aquele de “pessoa”, é, por sua vez, uma mensagem de salvação universal que não pode ser circunscrita à

Europa e ao Ocidente, mas na Europa se desenvolveu e a partir da Europa se difundiu em todo o mundo.

Do ponto de vista linguístico, temos de concordar com as observações de Husserl, segundo o qual a língua *europeia* não é esta ou aquela língua, não é o grego ou o latim, o alemão ou o francês, ou a predominância de uma sobre as outras. É um quadro de valores imutáveis que exprime tudo o que é conforme à natureza racional do homem: regras essenciais válidas em cada época e em cada lugar, sobre as quais construir o futuro. Deste ponto de vista, a Europa – aquela Magna Europa não restrita aos contornos geográficos do nosso Continente – ainda pode irradiar os seus valores de latinidade para todo o mundo, sem sentir nenhum complexo de “eurocentrismo”. “A língua *europeia* – segundo Husserl – é o modo pelo qual a civilização europeia *vem pensando* desde os seus primórdios até hoje; é a linguagem do pensamento ocidental, a língua da filosofia, os alicerces da nossa civilização. É a própria *identidade* da civilização ocidental”. A língua europeia é, enfim, uma gramática única de valores e direitos que nasceram e se desenvolveram na Europa através de diferentes formas linguísticas.

A união da Europa não é do tipo geográfico nem linguístico, mas cultural. Essa identidade cultural, europeia e latina pode contribuir para se relançar, de um novo modo, aquele *ius publicum* europeu e ocidental cuja necessidade se adverte cada vez mais, numa época caracterizada pela perda de todas as certezas, inclusivemente a do direito.

Comecei esta conferência falando de *soft-power* e concluo falando de *jus publicum*. O esforço semântico deveria ser este: purificar a nossa linguagem dos anglicismos e reinserir na memória termos e conceitos ligados à nossa identidade mais profunda. Antes de sermos italianos, portugueses ou europeus, o nosso futuro, como seres humanos, está vinculado ao restabelecimento desta identidade e desta memória.